

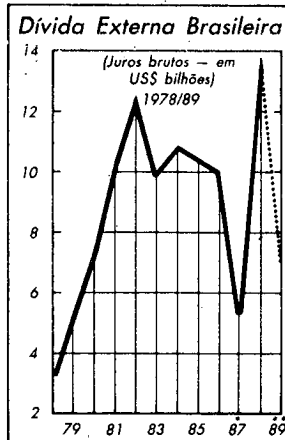
Cautela na negociação

26 NOV 1990
por Celso Pinto
de Roma

O comitê de bancos credores recebeu com reservas a proposta brasileira para que fosse acertado um valor global para os pagamentos externos do País nos próximos três a cinco anos como condição para que o Brasil acerte parte dos juros atrasados. Mas não fechou as portas à discussão da idéia, o que deverá ser retomado na próxima semana, em Nova York.

Esse foi o relato que o presidente do BC, Ibrahim Eris, ouviu sobre o andamento das negociações, nesta semana, com o comitê dos bancos, em Nova York. "Os bancos estão achando difícil a fixação de cifras, mas não fecharam as portas", disse Eris. Quando o Brasil apresentou a primeira proposta para a dívida, os bancos simplesmente se recusaram a discuti-la por considerá-la fora de seus princípios de negociação.

Eris, contudo, foi cauteloso ao comentar a ques-



Fonte: BC e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.
* Exclui os juros atrasados de bancos.
** Preliminar

tão. Indagado se a resposta dos bancos indicava que houve um início efetivo de negociação, ele respondeu apenas: "Espero que sim".

O Brasil havia apresentado uma proposta global para a dívida. Os bancos responderam com uma proposta exclusiva para o pagamento dos juros atrasados. Nesta semana, o Brasil respondeu à proposi-

ta dos bancos tentando ligar as duas coisas: ofereceu menos do que os bancos queriam para o pagamento dos atrasados e pediu, em troca, que os bancos aceitassem fixar um parâmetro global para a negociação — uma cifra para os pagamentos externos que o Brasil poderia fazer nos próximos três a cinco anos e que serviria como base para a negociação global.

Com isso, seria possível fechar imediatamente o acordo para os atrasados e fixar o parâmetro nos dois ou três meses necessários para que os bancos ratificassem esse acordo. Finalmente, com o parâmetro fixado, o Brasil, possivelmente até março do próximo ano, teria fechado a negociação global.

Mesmo que os bancos aceitem negociar nesses termos, Eris sabe que será uma negociação dura. "O Brasil está numa situação difícil, não tem muito espaço para concessões, e os bancos também estão numa situação difícil", admitiu. O importante, de todo modo, é que os dois lados estejam na mesa negociando.

Na sexta-feira, Eris fechou uma semana de conversas com autoridades de governo, presidentes de bancos centrais e alguns banqueiros sobre a negociação da dívida. Ele começou pelos Estados Unidos, onde esteve com representantes do Tesouro, e passou também por Londres, Pa-

ris, Frankfurt e Roma, de onde embarcou para o Brasil na sexta-feira à noite.

Em Roma, ele talvez tenha tido a melhor recepção — mas foi também a menos útil, já que a dívida do Brasil com os bancos italianos não ultrapassa US\$ 1 bilhão. Ele conversou com o presidente do Banco da Itália (banco central), Carlo Azeglio Ciampi, expôs a proposta brasileira para a dívida

(Continua na página 18)

O diretor da área externa do Banco Central, Antonio Claudio Sochaczewski, disse na sexta-feira no Rio que, "de meados do mês passado para cá, a posição comprada dos bancos no mercado interbancário de câmbio comercial triplicou". Ele se mostrou preocupado com o risco de um posicionamento especulativo das instituições.

(Ver página 19)

Cautela na negociação

por Celso Pinto
de Roma

(Continuação da 1ª página)

e ouviu dele a avaliação de que se trata de "uma proposta razoável". Ouviu também elogios à determinação e dureza do programa econômico de ajuste brasileiro e uma sugestão para que o governo persista na mesma direção.

Eris não negociou nem pediu nada em seu giro, mas aproveitou para explicar melhor a posição brasileira. Disse que a viagem foi proveitosa e justificou: conversando, ele percebeu que havia uma série de pontos da proposta brasileira original que haviam sido mal-entendidos nos países desenvolvidos, em parte pela forma incompleta com que foram tratados pela imprensa.

O principal deles é o mais básico: os números envolvidos no acordo. Poucos sabiam, de fato, que a proposta brasileira prevê o pagamento de US\$ 8,5 bilhões no próximo ano em compromissos externos (US\$ 2,3 bilhões em juros aos bancos privados, sendo quase US\$ 1,2 bilhão em dívidas de estatais e US\$ 1,1 bilhão em dívidas privadas). Em 1992, o pagamento global fica algo entre US\$ 8,4 bilhões e US\$ 8,6 bilhões; em 1993 sobe para US\$ 11,5 bilhões e, daí para a frente, sobe acentuadamente. Mesmo neste ano, em que o Brasil não está pagando juros aos bancos privados, os pagamentos externos deverão somar quase US\$ 7 bilhões.

O fato de o Brasil prever o pagamento de pouco menos de US\$ 1,2 bilhão em ju-

ros aos bancos privados originados de dívidas estatais acabou ganhando as manchetes dos jornais e generalizou-se a impressão de que o Brasil só estava disposto a pagar algo como US\$ 1 bilhão em 1991, apesar de dispor de US\$ 8 bilhões em reservas.

Outro ponto mal-entendido, segundo Eris, é a versão que os bancos espalharam de que a proposta brasileira deixava os bancos privados em último lugar na lista de prioridades e que dava ênfase demasiada ao resgate da dívida interna em detrimento da externa. Eris alega que as duas reclamações não procedem. A proposta do Brasil ao Clube de Paris, envolvendo créditos oficiais, praticamente pede que o País não pague coisa alguma em 1991 — uma forma indireta de fazer sobrar mais dinheiro para os credores privados.

A questão fiscal também seria injusta, a seu ver. A partir de setembro de 1991 o Brasil terá que repagar os US\$ 40 bilhões que congelou da poupança e, por essa razão, quer que os bancos aceitem receber menos nos próximos dois ou três anos. Do total a repagar, o BC prevê a esterilização de apenas 20% do total em 1991 e 10% em 1992, ou seja, o montante de recursos que seria retirado de circulação. Como o Brasil usa um conceito fiscal para definir sua capacidade de pagamento global (inclusive externa), o que o setor público usar para quitar a dívida interna acaba deduzido de outros compro-

missos, inclusive os externos.

Eris diz que o que está previsto é algo razoável, que embute um esforço fiscal considerável.

Aliás, outro ponto que Eris diz ter sido pouco entendido são exatamente as premissas econômicas que estão embasando a proposta de negociação externa. Se o Brasil não usar a questão fiscal como base, diz Eris, jamais terá uma estabilização, já que 90% da dívida é estatal e o que falta são cruzeiros, não dólares. Se as estatais devedoras não recolhem os cruzeiros correspondentes, o Estado terá que cobri-los de forma inflacionária, emitindo e comprometendo a estabilização.

A questão é ainda mais complicada, como disse Eris a este jornal. A nova Constituição impede que o BC financie o Tesouro ou use malabarismos, muito comuns no passado, para cobrir buracos do setor público. Com isso, ou a entidade pública (uma estatal, um estado, um município, etc.) tem os cruzeiros para pagar a dívida externa e o BC pode remeter os dólares, ou o Tesouro terá de cobrir esse buraco.

O BC não pode, por conta própria, remeter dólares sem contrapartida, nem inventar formas de contabilizar essas contrapartidas (como no passado funcionavam os famosos "aviso" tipo GB-588, formas de cobrir buracos de estatais). O Tesouro, por sua vez, só pode cobrir buracos se tiver uma dotação orçamentária para isso. Por es-

sa razão, não há mágica possível: se a estatal não tem dinheiro, nem o Tesouro prevê essa despesa no orçamento, não há como o BC remeter os dólares. Queira ou não queira, a questão é fiscal.

Essas novas regras de finanças públicas funcionam como uma bem-vinda camisa-de-força para o BC e o Tesouro, mas também têm provocado eventuais confusões. Créditos oficiais como a França e a Itália estão pendentes em função dessa nova arquitetura legal.

Na conversa com o presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet, terça-feira, este problema consumiu boa parte da conversa.

São US\$ 2 bilhões em créditos pendentes com a França e cerca de US\$ 400 milhões com a Itália.

Trata-se de créditos oficiais, ou seja, que contam com a garantia dos governos francês e italiano e, portanto, estão sujeitos às regras do Clube de Paris.

Quando o Brasil fez um acordo com o Clube de Paris, esses créditos foram reescalados. Portanto, não se trata de pagamentos atrasados, já que não é preciso pagar nada.

O governo francês, contudo, precisa de uma garantia escrita do BC de que ele se responsabiliza por esses créditos (em pagamentos futuros). O BC, constitucionalmente, está impedido de garantir o pagamento do que quer que seja. O Tesouro, por sua vez, não pode nem transferir o dinheiro (para um pa-

gamento futuro) nem comprometer-se a pagar algo que não é de sua responsabilidade nem está previsto em seu orçamento. Ser uma garantia de alguém, por sua vez, o governo francês não pode completar a operação de reescalonamento e encerrar a pendência com o Brasil.

Em essência, o problema parece de origem kafkiana: já que ninguém está pedindo o dinheiro nenhum e todo mundo já se acertou em relação ao principal, ou seja, o reescalonamento do débito.

Na prática, o departamento jurídico do BC está quebrando a cabeça para tentar encontrar uma solução legal — algo que Eris espera conseguir "nas próximas semanas". É um problema complicado mas "é um bom problema", já que sua origem está numa regra que torna "menos inconstitucionais as relações entre o Tesouro e o BC".

Eris acha que uma semana de conversas com credores ajudou a expor melhor os pontos de vista brasileiros e sensibilizar alguns. Ele ouviu uma preocupação unânime de que é preciso que o Brasil chegue a uma solução com os bancos inclusive sobre os atrasados, e rapidamente. No fundo, ele acredita que a proposta brasileira tem aspectos positivos e que foi injusta e exagerada a reação dos bancos de nem sequer aceitar conversar sobre ela.

Serenadas as paixões, ele espera que o bom senso prevaleça e que uma negociação real comece.